



Anais da Assembléia

N.º 171

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 261ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1976

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Jayme Rodrigues Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Leopoldo Jacomel.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei números 02/76, 106/76 e 147/76, e dos Projetos de Resolução números 290, 313, 315 a 321, 323, 324, 326, 328 a 343, 345 a 351.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor OROZIMBO CARNEIRO MARTINS, ocorrido em data de hoje na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, endereçando à Rua Francisco Otaviano, número 2300, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de

pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO KLEMCKE, ocorrido no lugar denominado São Pedro, município de Contenda, em data de 19 do corrente, tronco de conceituada família, deixando lacuna insubstituível na comunidade em que vivia.

Solicito, outrossim, seja dado ciência desta decisão à família enlutada na pessoa da Exma. Sra. CATARINA KLEMCKE, residente naquele município.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo, pelo 46º aniversário do Clube Atlético Primavera, que se comemora na data de hoje.

Falar do Primavera, Sr. Presidente, será o mesmo que falar de José Pedroso de Moraes, seu atual Diretor do Conselho Diretor e que um sem número de vezes ocupou a sua presidência.

Nascido nesta data, no longínquo ano de 1930, o C.A. Primavera, em princípio, uma modesta agremiação esportiva, graças ao dinamismo de seus diretores e associados, chegou a participar da Divisão Especial de Profissionais da F.P.F.

Possuindo estádio próprio, o Primavera possui no vizinho município de Almirante Tamandaré, uma área de 800 mil metros quadrados, uma sede campestre de fazer inveja a muito clube tradicional do País.

E isto, não se diminuindo seus diretores, se deve a José Pedroso de Moraes, que, com seu dinamismo, soube transformar um pequeno clube numa sociedade grande pujante, fazendo-a parte integrante de sua própria vida, dotando-a de invejável situação financeira e transformando-a numa entidade social forte, segura e estável que somente vem orgulhar a nós curitibanos e em especial associados.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, de voto de louvor endereçado ao Xequê AHMED ZAKI YAMANI, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A corajosa posição assumida pelo xequê Ahmede Zaki Yamani, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, na quadragésima-oitava conferência da OPEP, caracterizada pelo amadurecimento visual daquele Chefe de Estado, é alvo de todas as atenções e admiração das nações cujo desenvolvimento e cuja economia, dependem vitalmente, do tabelamento aferido ao barril de petróleo.

BRASIL — VÍTIMA MAIOR

A crise que grassa em quase todo o mundo originada pelas especulações nos países exportadores, estava prestes a adquirir caracteres descomunais que se refletiriam em seu assoberbamento, pelo inevitável golpe que seria desferido na já abatida estrutura econômica do Continente, notadamente na do Brasil,

vítima maior da dependência da importância do petróleo.

Seria inanalísavel a situação que se instalaria, com o comprometimento "a priori" do cumprimento das metas preconizadas pelo II PND, pela criação de intransponíveis obstáculos para sua concretização.

MAIS DE CINCO BILHÕES

Seria o caos.

O levantar da voz da Arábia Saudita, praticamente impediu que o Brasil, se visse na contingência de um desembolsamento em torno de aproximadamente mais de CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS, com as consequências naturais que afetariam diretamente, todo o empresariado nacional, toda a programação energética, todo o complexo de transportes com ressonâncias imprevisíveis para o comportamento social do brasileiro, pelo fatal desmoronamento de seu já tão frágil, pálido e insuficiente rendimento.

Caso prevalecessem as ignominiosas pretensões iraquianas, proclamando naquela Conferência, a necessidade do aumento à base de 26 por cento, calculem e ponderem todos, os atrozes efeitos oriundos dessa proposição que acobertava em seu bojo, a arma letal de um fracasso financeiro, moral, político e social de dezenas de nações, em benefício de umas poucas.

Cabe aqui, a observação de nosso herói na OPEP, ao citar "a necessidade de evitar dificuldades à recuperação das economias ocidentais, isto como sábias justificativas para sua decisão, pois a Arábia Saudita necessita do apoio ocidental econômico e político e tem interesse em manter o Ocidente forte".

APOIAMENTO

Muitas nações, entre as quais, a Espanha, os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a Holanda e o Japão, além de várias outras, já manifestaram oficialmente o apoio ao Zaki Yamani, posição desessombrada abraçada pelo xeque Zaki Yamani.

ESPÍRITO UNIVERSALISTA

Em virtude do que, em síntese, representa principalmente para o Brasil, a atitude coerente, humana e de incomensurável alcance social, é de justiça que a Assembléia Legislativa do Paraná, renda homenagem ao Governo da Arábia Saudita, renda homenagem à ação de Yamani, à sua inteligência, à sua visão e espírito universalistas, fazendo constar em seus Anais, um merecido e oportuno voto de louvor.

Que a imensa e respeitável Colônia Árabe de nosso Estado, tome conhecimento da admiração expressa por esta Casa de Leis, àquele seu filho e irmão.

É de se desejar que todas as assembleias legislativas estaduais, compenetrem-se do que representa para o Brasil, a atitude de Yamani e comunguem conosco, o postulado desse tributo de gratidão.

GOVERNO SUPRA-NACIONAL

Em face do célere caminhar para uma insustentável situação para a sobrevivência da humanidade, gerada pelo guerrear frio de algumas nações arvoradas em donas do mundo, seria de se debater a tese da constituição de um Governo supra-nacional, dotados de poderes necessários à manutenção da sobrevivência pacífica de todos os países do Planeta. Caso este pensamento não se concretize, pela ambição de alguns, o Mundo perecerá. Deus criou a Terra "in natura", e deixou aos homens a missão de aperfeiçoá-la. É fácil reconhecer o fracasso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Uma análise político-econômica do Brasil, neste ano que vai findando, não pode deixar de registrar a segura vitória da ARENA em termos gerais, na eleição municipal do mês que passou.

A vitória arenista consolidou a política de gradualismo

na redemocratização, pregada pelo Presidente Ernesto Geisel. Os brasileiros outorgaram um voto de confiança ao Chefe da Nação, para que promova a distensão sim, mas procurando resguardar os mecanismos institucionais de defesa do Estado, como defendidos pela Revolução de 1964.

Reconheceu a opinião pública brasileira — com o triunfo oferecido ao Presidente Geisel —, que o caminho da Democracia é longo e difícil, e que muitas vezes um avanço muito rápido pode gerar dolorosos retrocessos.

No campo econômico, o ano de 1976, foi apenas razoável, às dificuldades conjunturais geradas por uma retração mundial que persiste desde fins de 1973, tivemos frustrações de safras como o trigo e o café. A inflação, que fora contida em limites toleráveis, tornou-se galopante, fechando o exercício com índices superiores a 40 por cento.

Isto levou o Governo Federal a adotar uma série de medidas restritivas sobre a produção e o crédito, chegando ao máximo de diminuir voluntariamente seus programas de investimentos, como alternativa para um agravamento da carga fiscal.

Avaliando as possibilidades de 1977, no campo político, podemos afirmar que ele assistirá à consolidação do programa político do Presidente Geisel.

No setor econômico, temos que confirmar nosso receio de uma longa convivência com o petróleo a preços altos e até de difícil aquisição. Esta perspectiva se reflete sobre o restante da Economia, podendo levar ao pessimismo a algumas pessoas.

Mas, no fundo, é preciso lembrar que o potencial brasileiro é muito: somos a quinta maior Nação do mundo em recursos de território; a sétima maior em população. Com a diligência que sempre caracterizou nossa gente, haveremos pelo trabalho se superar os dias incertos na hora presente. Tenho confiança em que 1977 trará melhores notícias para todos os brasileiros".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Contra nossa vontade teremos que analisar nesta oportunidade, fatos relacionados com a corrupção ocorrida na última eleição realizada em 15 de novembro. Teremos que analisar esses fatos, porque apresentaremos nesta oportunidade sugestão ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, oferecendo emenda à Lei Eleitoral, para que essa corrupção não se avante, não se agigante a ponto de transformar o organograma democrático deste País, numa verdadeira baderna.

(Lendo): "Nunca, em nenhuma oportunidade da vida democrática deste país, se viu tanta corrupção, tanta intimidação, tanto cerceamento de liberdade à oposição, como nas últimas eleições realizadas em quinze de novembro último.

Como o fato mais destacado de corrupção, pode se verificar a movimentação ampla do poder econômico, avassalador da consciência política desta Nação que, se aproveitando do empobrecimento generalizado que vive a maioria do eleitorado e do povo brasileiro, teve o êxito em sua empreitada maléfica de mutar o sentimento de escolha que caracterizava antecipadamente a consciência do eleitor.

Nunca se viu em nenhuma outra oportunidade tantos gastos e desperdícios de economia, como foi visto na campanha eleitoral de pouco mais de 60 dias que concluiu com as eleições de quinze de novembro; seus candidatos a Prefeitos, Vices e Vereadores, pareciam entender que a ordem de comando das bases partidárias tinha que ser executada à toda risca, não importando que a instrumentação viesse a ferir preceitos ou ditames legais, e entenderam os candidatos situacionistas que, a aplicação espúria de dinheiro nas áreas empobrecidas, seria o melhor esquema para alcançar a vitória quase exigida pelo poder

governamental.

Na minha cidade, como exemplo, onde a ARENA disputou com dois candidatos a Prefeitura Municipal, presume-se, pela movimentação nababesca configurada através de comícios pomposos, e os favores abertos de todas as naturezas, o Partido do Governo, desrespeitando qualquer forma de gastos estabelecidos em lei, a eleição deverá ter custado àquele Partido mais de três milhões de cruzeiros.

Entre outros instrumentos caros usados durante o período, via-se nos comícios arenistas, bandas de música das mais caras deste país e artistas da Rádio e Televisão dos mais importantes.

Segundo informações do Cartório do Registro Civil de minha cidade, apenas um dos dois candidatos arenistas, gastou milhares de cruzeiros naquele Cartório com registros de adultos e crianças durante o período eleitoral, aliciando-os através do espúrio favorecimento..."

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Darei oportunamente.

"... na oportunidade em que o povo se preparava para escolher o Prefeito daquele município, aliás pelo que temos conhecimento, fato dessa mesma natureza, ocorreu nos quatro cantos do Paraná.

Entre todos os instrumentos de corrupção usados nas últimas eleições, se destacou com caracterizada magistralidade, o transporte de eleitores e residentes fora dos seus municípios eleitorais, uma verdadeira afronta aos direitos da Oposição. O Poder Público colocou à disposição dos seus candidatos, o "dinheiro do povo" entre aspas.

E estes, usando o dinheiro público, concorreram desonestamente com a Oposição transportando estes eleitores de localidades longínquas, vinculando-os é claro, à afirmação de obrigação de votarem nos candidatos da ARENA. Há rumores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, carecem entretanto de provas.

O que estamos em busca, é que esta fórmula de corrupção foi exercida aqui, neste Parlamento, segundo informações que tivemos. Cada Deputado pertencente à Aliança Renovadora Nacional, recebeu uma determinada quantia de recursos, advinda da fonte governamental, para transporte de eleitores, residentes nesta Capital, às suas comarcas de domicílio eleitoral. Enquanto os gabinetes dos ilustres Deputados da ARENA, nesta Casa, assoberbados com as filas de eleitores do interior do Paraná...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — ... e dos funcionários dos Srs.

Deputados, recebiam as respectivas passagens de ida e volta ao seu domicílio eleitoral, e outras vantagens, os parlamentares do MDB, que permaneciam na Casa na antevéspera das eleições, não se encontravam com condições ou recursos para atender as solicitações destes eleitores.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, permite-me um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Permitirei, na oportunidade possível.

"No período, recorremos à órgãos do Governo através de telefonemas e outras formas de informações, principalmente à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, sabendo das possibilidades de fornecimento dessas passagens necessárias aos eleitores do Interior, aqui residentes, e daquele órgão, sempre recebemos a declaração de não atendimento às nossas solicitações no sentido, entretanto sabemos que aquela Secretaria atendendo a pedido dos Srs. ilustres Deputados do Partido Governista forneceu inúmeras passagens a esses eleitores, através de solicitações desses mesmos Parlamentares.

Outros meios de recursos, foram acintosamente aplicados pelo Poder, no sentido de alcançar a vitória determinada pelo "Quartel General" do Partido Governista, enumerá-las, seria enfadonho, mesmo porque os fatos são de conhecimento de todos os Srs. Deputados. Considerando que, entre todas

as artimanhas de corrupção usadas nas últimas eleições, a pior foi aquela de submeter o uso dos recursos públicos abertamente, no aliciamento de eleitores, fornecendo aos mesmos, além de passagens compradas, adquiridas com o dinheiro do Estado, portanto, pertencentes ao povo, verdadeiro produtor e legítimo dono deste dinheiro.

É preciso, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que submetamos e vamos submeter à apreciação deste douto Plenário, sugestão de emenda à Lei Eleitoral, encaminhando esta sugestão ao Exmo. Sr. Digníssimo Presidente do Congresso Nacional que, ao receber, haverá de submeter à apreciação das Lideranças dos dois partidos naquela alta Corte, evitando que expediente espúrio como o usado nas últimas eleições se repitam, porque se isto ocorrer novamente, os gastos serão multiplicados, os prejuízos aos cofres do Estado serão muito maiores e, acima de tudo, o conseqüente empobrecimento haverá de ser mais forçado para que as vítimas, os eleitores, sejam cada vez mais fáceis de serem induzidos pela influência maléfica dos favores do Estado em época de eleições.

Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Não existe fórmula mais importante para se manter um povo escravo, do que mantê-lo pobre. Foi o que vimos neste último pleito; distribuição de recursos de todos os meios, distribuição de promessas por todas as feitas.

E é isto o que infelizmente vimos e assistimos durante o período das eleições últimas realizadas para Prefeitos e Vereadores no Estado do Paraná, o aproveitamento do empobrecimento do povo, para induzi-lo a votar nos candidatos do partido governista.

Apresentamos portanto, nesta oportunidade, sugestão de Emenda à Lei Eleitoral, a quem de direito, ao Congresso Nacional. E esperamos que, em nome do povo, seja acatado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da mais alta corte do País, a nossa sugestão, dando a vista imediata às Lideranças das duas Casas para que, no mínimo, a nossa premissa se transforme no meio para que a idéia seja transformada em dispositivo legal, pois se isso ocorrer, eliminar-se-á um dos grandes objetos de corrupção que tende a se agigantar em cada eleição que houver no Brasil.

Ao finalizar, espero a aprovação unânime deste parlamento, porque, acredito, acima de tudo, se alguns dos Senhores Deputados se favoreceu politicamente de tais expedientes, sentem que tal benefício jamais poderá satisfazer os seus sentimentos de verdadeiros democratas que são".

E então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me proceder a leitura da emenda que irei entregar à Mesa para que submeta à apreciação do douto Plenário. (Lê):

"SUMULA: Encaminha ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, sugestão em forma de emenda à Lei Eleitoral com objetivo de estabelecer imposições ao eleitor afastado de seu domicílio por motivos de mudanças e exercício de atividades fixas.

Senhor Presidente.

Artigo 1º — Fica o eleitor devidamente inscrito em determinada zona eleitoral, obrigado em caso de transferência de residência, emprego ou atividade autônoma, sob as penas que a presente lei estabelece, a transferir o seu domicílio eleitoral no prazo máximo de trinta dias a contar da data da ocorrência, para a respectiva zona em que fixar sua residência ou atividade.

Artigo 2º —

I — Aos funcionários públicos e autárquicos que deixarem de cumprir o que determina o artigo 1º, terão seus pagamentos de vencimentos e vantagens a que fizerem juízo, retidos até a regularização da determinativa.

II — Os que pretenderem estabelecer com atividade comerciais de qualquer natureza, só obterão as devidas inscrições nas respectivas repartições públicas mediante a apresentações do domicílio eleitoral representado pelo título de eleitor da

Zona Eleitoral onde pretende exercer a atividade.

III — Os operários de qualquer natureza, após admitidos pela empresa, deverão apresentar o respectivo título de eleitor para a devida anotação em ficha de admissão da fonte empregadora.

Art. 3º — A falta de cumprimento por parte das firmas empregadoras do que determina o item III do artigo segundo, implicará nas penas cominadas no “Código Eleitoral” onde couber.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO”

Concedo o aparte a V. Exa.

Sr. Gabriel Manoel — “A priori”, Deputado Lúcio Machado, esta sugestão de V. Exa., achamos, lamentavelmente, inviável e incompatível com a necessidade dos políticos do Paraná e do Brasil. Mas, lamentamos ter que discordar nesta antevéspera do Natal, e lembrar o Governador quando dizia que até a “araruta tem seu dia de mingau”.

V. Exa. lembra que nós, da ARENA, tivemos uma derrota fragorosa no que concerne ao problema do Senado e não viemos fazer, desta tribuna, o nosso muro de lamentações. Não viemos a esta tribuna, Deputado Lúcio Machado, procurando evasivas, procurando achar uma falha onde a falha não existe. A falha só existe na consciência do povo, porque como V. Exa., sabe, todos nós, Deputados, temos verbas para passagens, verbas que são destinadas pelo Poder Executivo e quem gasta estas verbas em outras fórmulas, não pode dar as passagens aos eleitores, que estão destinadas, legamente amparadas por esta estrutura que é a lei de nosso País, onde diz que o Deputado pode pagar passagem para os indigentes.

Agora, não vejo mal, porque as verbas são destinadas e são distribuídas para os Deputados da ARENA e aos Deputados da douta Bancada do MDB, Deputado Lúcio Machado.

Não vejo razão de V. Exa. se lamentar, porque nós também perdemos eleições em 3, 4, 5 municípios e não fomos procurar fórmulas esdrúxulas ou mágicas, para podermos ganhar uma eleição. Este é o problema da consciência do povo; V. Exa. vem atacar um candidato a Prefeito de Santo Antônio da Platina que, com muita honra, tivemos a satisfação de apoiar, que apesar de ser um homem digno, se levou música para seus eleitores ele procurou alegrar seu povo, pelo menos, naquele momento de campanha eleitoral, como a exemplo das grandes Nações desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos, França e todos os países super-desenvolvidos.

Não vejo mal nenhum, Deputado Lúcio Machado, e “a priori”, estou de acordo com que os eleitores devam votar em seus domicílios, mas não vejo razão de V. Exa. vir atacar frontalmente candidatos como V. Exa. e como eu também que perderam as eleições no seu município. Vamos procurar achar o nosso defeito, achar e procurar incutir na consciência do povo o que está certo e o que está errado, Deputado Lúcio Machado, e é por isso que pediria a V. Exa., mais tranquilidade, um pouquinho de mais justiça para os homens que como V. Exa. perderam as eleições em Santo Antônio da Platina. Porque, embora meu candidato tivesse votação expressiva, fomos derrotados por outro candidato digno da ARENA, que o povo escolheu. Agora, este moço trazer os violeiros, trazer o povo para a praça pública, não é corrupção eleitoral, porque se é corrupção eleitoral, então, estão infringindo as leis eleitorais do próprio Estados Unidos; infringiu-as Carter, infringiu-as Ford. Este é o ponto de vista que queria discordar de V. Exa. e se me permitisse mais um minuto, agradeceria esta gentileza de me conceder mais um aparte e pediria que V. Exa. tivesse um pouquinho de raciocínio neste momento.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Está está falando e pediria que fosse mais expressivo, digo, mais explícito e mais rápido devido o horário.

O Sr. Gabriel Manoel — Estou sendo explícito a V. Exa., estou explicando, porque estou falando em português e não em grego e V. Exa. vem atacar um candidato que, como o seu candidato foi excluído. V. Exa. não pode atacar um moço porque levou a banda de música às suas próprias expensas para divertir o povo, e não pode atacar o Governo porque quem dá a verba para passagem é o Governo, que dá por intermédio dos Deputados, nossa verba pessoal. Veja V. Exa., nos talões da ‘Estar, que os Deputados arenistas e emedebistas não gastam dinheiro da sua própria verba.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pediria a V. Exa. que fosse rápido em suas palavras, em seu pronunciamento, ou do contrário não poderei conceder que V. Exa. continue a esbravejar sem nenhuma promessa de observação.

O Sr. Gabriel Manoel — Não existe premissa para quem não quer entender e se V. Exa. não quer dar a palavra eu me calo e falarei oportunamente.

O SR. LÚCIO MACHADO — É lamentável que V. Exa. como um dos integrantes da representação governista, desconheça que isto é uma lei, lei de âmbito federal, instrumento do Supremo Tribunal Eleitoral que determina que o candidato a cargo eletivo não pode gastar mais do que a quantidade específica determinada nesta Lei, e venha defender um seu candidato que gastou dois bilhões de cruzeiros de aliciamento de eleitor na minha cidade, e perdeu violentamente a eleição, e, defender ainda como um fato de honestidade. V. Exa. não merece sequer um aparte de um dos Deputados que vem a esta tribuna porque não está especificado, digo, esclarecido para aparte porque quem despreza o sentido da lei, quem despreza o sentido da legislação do parlamentar, não merece aparte algum e passo a não lhe dar aparte a partir deste instante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que vemos como princípio do legislador, aqui: vemos e juramos a Constituição e juramos defender a lei e lutar pela sua defesa, e, quando aqui denunciemos fatos de corrupção à lei, somos contestados, mecanicamente contestados sem qualquer condição de contestação por parte do contestador, e se a lei determina que o candidato pode gastar X ele não pode ir a Y porque fere determinativa da lei, e o que houve nesta última eleição foi a influência do poder econômico, influência do poder econômico particular, movido pelo poder público.

Foi a influência do poder econômico que comprou a miséria do dinheiro do povo, que comprou a pobreza do eleitor do Paraná, porque em todos os municípios que se chega, verifica-se que isto ocorreu.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Gabriel Manoel, pela ordem.

O Sr. Gabriel Manoel — Pediria ao orador que provasse o que ele diz dos candidatos da ARENA na nossa região e seria assim, Sr. Presidente, um pedido para o respeito desta Casa que os oradores viessem com provas, porque as palavras ao vento nada provam, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Não existe questão de ordem para responder. Continua com a palavra o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Provas. Pede-se provas de um crime cometido; pede-se provas do choro de um povo; pede-se provas da tristeza característica de uma Nação, que chora, a todo o instante a miséria nacional; provas, pede-se provas em nome do Governo, da corrupção que foi vista por quase três milhões de eleitores do Paraná. Provas, pede-se provas de fatos que ocorreram à luz do dia. Provas, pede-se provas do próprio crime que ajudou a cometer.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é isto que se vê neste País, neste Estado e nesta Nação. Enquanto o funcionário público do Paraná está chorando a miséria do seu vencimento, para receber ele, talvez a partir de março, 30 por cento do aumento do seu vencimento, quando naquela oportuni-

dade o custo de vida deverá ter alcançado, no período, mais de 70 por cento de aumento, pedem-se provas de todos os horrores por eles mesmos cometidos. A prova está aí. Na minha cidade, um dos corruptos, por duas vezes Prefeito, foi elevado de novo à Prefeitura em nome do sacrossanto partido do Governo.

Um homem denunciado na Justiça por corrupção, na administração do município, voltou outra vez a assumir a administração executiva de minha cidade.

Pede-se provas e está lá o Tribunal para provar. Está lá num processo que tramitou e se concluiu cinco anos depois, porque assim o homem poderia retornar à administração do município. Está a prova aí, e é a miséria que assola o Estado, que assola o País. Está aí a prova, o operário brasileiro que constrói esta Nação com suor e sacrifício, vendo seus filhos prostituírem-se para não morrer de fome.

Prova é a corrupção num país como este, onde corrupção gera corrupção a todo instante.

Que provas querem, meu Deus?

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica ao nobre orador que tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Concluirei, Sr. Presidente.

Eu darei provas com toda a força de meu mandato, enquanto este mandato durar. E, se as coisas não modificarem, se a ousade e a dignidade do homem público não se transformarem no apanágio que a democracia quer, as provas virão dentro de pouco tempo: a hecatombe, o caos, o desequilíbrio do poder, porque não se pode mais ver com os olhos de ver tanta miséria, tanta falta de respeito ao homem, enquanto nós sabemos que o homem nasceu primeiro que o Estado. Não nasceu o homem para ser escravo do Estado. Nasceu o Estado para servi-lo, com dignidade e com respeito; não para fomentar a corrupção, mas dando ao homem seus direitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa consulta a Liderança do MDB se usará o horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança da Arena, Deputado Gilberto Carvalho, Vice-líder.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, ocupará o horário reservado à Liderança, o Deputado Lázaro Dumont, e eu consulto da possibilidade do Deputado Gabriel Manoel usar também cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Pode. O horário de quinze minutos pode ser distribuído da forma como quiser.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesse instante, quando se ataca, quando se procura denegrir uma eleição tranqüila, uma eleição pacífica, quando participaram tranqüilamente os eleitores paranaenses, os homens que sabem votar, os homens que sabem discernir, os homens, mulheres e homens do meu Paraná que sabem tranqüilamente, sem o falso messianismo, sem a falsa demagogia, sem os sistemas esdrúxulos dos países que não coadunam com a democracia cristã, votaram tranqüilamente nos seus candidatos, venceu galhardamente o Partido da Oposição na cidade de Ponta Grossa, na cidade de Londrina, e em todas as outras cidades onde seus candidatos tinham a preferência popular.

Porque não haveria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de vencer os nossos candidatos, da primeira ou da segunda facção arenista, no resto do Estado? São dois pesos e duas medidas, Sr. Presidente, que procuram impingir nesta antevéspera de Natal.

São dois pesos e duas medidas, são o raciocínio e a tecla demagoga que vêm procurar dar uma vasão para uma derrota

que também nós sofremos; para uma derrota que é normal, em todo o processo democrático, não podemos tolerar que venham aqui, depois de uma derrota fragorosa, procurar jogar pedras, procurar tripudiar sobre os candidatos vencedores de nossa agremiação.

Perdemos em Ponta Grossa, perdemos em Londrina, perdemos em tantas cidades, perdemos em muitas cidades do Litoral. E não viemos aqui, Sr. Presidente, dizer que houve corrupção.

Perdemos em 74 para o ilustre Senador Leite Chaves, e não viemos dizer que houve corrupção. O eleitorado é o mesmo; a tranqüilidade do povo brasileiro é a mesma e a consciência é a mesma. O que não existe, consciência, é nos parlamentares, que num passe de magia, procuram denegrir o Poder Legislativo, procuram denegrir este Poder constituído da nossa que rida Pátria, procuram denegrir, Sr. Presidente, homens honrados, que apesar de não terem sido apoiados por mim, como o Dr. Alcício Dias dos Reis, homem que não nasceu com o referendo do povo platinense.

Não podemos tolerar, Sr. Presidente e esta Casa não pode servir de palco a espetáculos desta natureza. Isso é uma Casa séria. E o Paraná, como um dos maiores do Estado, Sr. Presidente, que está em quinto lugar em arrecadação, há de pagar para o funcionalismo público, como Estado que maior percentual pagará aos funcionários, em 77.

É por isso, Sr. Presidente, que nós gritamos, e é por isso Srs. Deputados, que há poucos instantes, vociferou da tribuna, atacando um homem honrado, que por duas vezes, mereceu o referendo do povo.

O Prefeito eleito de Santo Antônio da Platina, não foi apoiado por mim, não dei apoio e nem procuração. Mas havemos de defender os homens honrados da ARENA, para que o povo saiba, para que a imprensa saiba, para que o Paraná saiba.

Somos corruptos quando ganhamos, mas quando perdemos, somos frágeis, somos uma estrutura que não coaduna com o povo e com os ideais de nossa Nação.

Porque dois pesos e duas medidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados; porque vem o ilustre Deputado, representante da Oposição em Santo Antonio da Platina, dizer isso, quando ele dizia antes das eleições que haveria de impingir uma derrota fragorosa à ARENA. Onde está esta derrota? Agora é corrupção? Será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e povo do Paraná, que apenas uma banda de música vá distorcer a idéia do eleitor, será que o nosso eleitor tem idéia tão frágil que a possa distorcer uma banda de música, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica que V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então, eu queria, Sr. Presidente, votar contra o requerimento de S. Exa. o Sr. Benedito Lúcio Machado. Porque não condiz com a verdade, Sr. Presidente, porque se S. Exa. perdeu, por duas vezes, para o Prefeito de Santo Antonio da Platina, eu também perdi, e não vim desta tribuna atacar o vencedor.

O Prefeito vencedor, em Santo Antonio da Platina, sempre trabalhou para aquela cidade, sempre carregou recursos para suprir as necessidades de Santo Antonio da Platina e de seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados, nossos desejos são para que sempre haja justiça na consciência do povo brasileiro, que é cristão, para que nosso País continue trilhando no caminho da Democracia.

Era só, Sr. Presidente. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em virtude da escassez do tempo, vamos fazer somente a leitura de nosso requerimento, sem comentários, como era nossa intenção. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente a S. Exa. o Sr. Dr. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, solicitando seja alterado o Decreto 77.514, que regulamenta a Lei 6160, apresentando as seguintes sugestões:

1. — Modificação do artigo segundo do Decreto 77.514, adaptando-o ao espírito das Leis Complementares números 11 e 16, e seus respectivos regulamentos, bem como o definido na Lei 6260; 6260;
2. — Na elaboração do novo dispositivo seja tomada a precaução de afastar-se da influência do Decreto-Lei 1166, que trata exclusivamente de enquadramento sindical e que não remete a Lei 6260;
3. — Que o novo Regulamento tenha por objetivo excluir de qualquer forma de pagamento os beneficiários do PRORURAL;
4. — Nos casos de condomínio rural, desde que a propriedade seja explorada em regime de economia familiar, continuem os condôminos dentro do regime do PRORURAL;
5. — Que nos estudos para reformulação do Decreto 77.514, participem as Entidades Sindicais de Trabalhadores Rurais, levando-se em conta os documentos por ela já elaborados e diretamente através de suas representações.

E reivindica, ainda, seja determinado, através de instrumentos burocráticos, cabíveis, que:

1. — As quantias pagas indevidamente pelos trabalhadores rurais sejam-lhes restituídas com correção monetária, a exemplo do que ocorre em relação ao Imposto de Renda retido na fonte e restituído ao contribuinte com 30 por cento de acréscimo a tal título;
2. — Na retificação do cadastro do INCRA seja automaticamente cancelado o débito com o FUNRURAL, lançado erroneamente em consequência da confusão criada pelo próprio cadastramento, em que membros da mesma família foram considerados como empregadores, sendo que estes, por vezes, são menores de idade.

JUSTIFICATIVAS:

Em todo Estado politicamente organizado deve ser estabelecida uma perfeita harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a fim de que se alcance o equilíbrio de ordem social.

O princípio básico deste equilíbrio assenta-se na hierarquia estabelecida para o processo legislativo. Nossa Constituição vigente, apesar de, em certos aspectos, conceder instrumentos próprios ao Poder Executivo, para preservação da segurança nacional e da ordem econômica, conserve a espinha dorsal dos princípios institucionais universalmente consagrados em relação ao processo legislativo, cabendo privativamente ao Congresso Nacional a elaboração, entre outras, de “LEIS ORDINÁRIAS”, cuja iniciativa poderá ser de qualquer dos membros da Câmara de Deputados, do Senado Federal, do Presidente da República e mesmo dos Tribunais com jurisdição no território nacional.

A própria Constituição estabelece entre as atribuições do Presidente da República:

“Sancionar, promulgar e fazer aplicar as leis, EXPEDIR DECRETOS E REGULAMENTOS PARA SUA FIEL EXECUÇÃO”.

Dentro desta sistemática fica preservado o princípio universal da HIERARQUIA LEGISLATIVA, exatamente a que garante a harmonia entre os Poderes.

Em razão desta hierarquia, é de fundamental importância, o exame mais apurado do Decreto 77.514/76, que regulamenta a Lei 6260, de 05 de novembro de 1975.

Qual o objetivo da Lei 6260?

Está expresso em seu

“Art. 1.º — São instituídos em favor dos EMPREGADOS RURAIS e seus dependentes, os benefícios da previdência e assistência social. . .”

É cristalina a ilação no sentido de que os EMPREGADOS devem obedecer a outro regime jurídico, a outra Lei, sendo irrelevante o fato de que a Entidade prestadora dos benefícios seja a mesma, a exemplo do que ocorre nas atividades urbanas, atendidas pelo INPS (tanto empregados, como empregadores).

A Consolidação das Leis do Trabalho, já em seu artigo segundo, define o empregador como aquele que “assumindo os riscos da atividade econômica, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”.

E é exatamente aí que reside a linha divisória, o toque distintivo, o elemento capaz de ditar a exclusão do beneficiado: o fato de ter subordinados a seu serviço.

O que se deve buscar — e é ao que deveria se ater o Regulamento (cujo único objetivo somente poderá ser a FIEL EXECUÇÃO da Lei), — é buscar esta distinção: QUEM É EMPREGADOR?

“Ao intérprete é vedado distinguir onde a Lei não distingue” — é princípio universal de Direito e consagrado implicitamente na Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro, elemento basilar para aplicação dos princípios legais em nossa Pátria.

A Lei 6260 já em seu artigo primeiro utilizando-se de parágrafo, define a figura jurídica do empregador para os efeitos a que se destina: é aquele que explora atividade agroeconômica COM O CONCURSO DE EMPREGADOS.

Mais adiante, em seu artigo décimo primeiro, o diploma maior, a Lei, determina que se aplique subsidiariamente para a sua interpretação — naquilo que não a contrarie, o disposto nas Leis Complementares número 11, de 25 de maio de 1971, número 16, de 30 de outubro de 1973, e respectiva regulamentação.

Ficou assim totalmente resolvido o problema de se delinear com precisão a figura do empregador a que ela se destina, eis que ela própria, a Lei 6260, define o empregador e a Lei Complementar a que remete define o empregado.

Note-se com toda a ênfase o fato lapidar de que em nenhuma destas Leis é feita qualquer referência à área em que é exercida a atividade quando é contemplado o chamado “pequeno proprietário”, mas somente ao fato de ele ter ou não empregado.

E não poderia ser de outra maneira. Mesmo em relação ao proprietário, basta para a Lei investigar o fato de ele possuir ou não possuir empregado. E o empregado está definido na Lei Complementar número 11, a que remete a Lei em exame para a distinção.

A legislação anterior que rege a matéria procurou sempre definir “empregador rural” como aquele que explora estabelecimento rural ou rústico COM O CONCURSO DE EMPREGADOS.

A Lei número 6260/75, considera empregador rural “in verbis”:

“Considera-se empregador rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física, proprietário ou não que, em estabelecimento rural ou rústico, explore COM O CONCURSO DE EMPREGADOS, em caráter permanente, diretamente através de prepostos, atividade agroeconômica, assim entendidas as atividades agrícolas, pastoris, hortigranjeiras ou a indústria rural, bem como a extração de produtos primários vegetais ou animais”. Obs: O grifo é nosso.

Assim é, para não se tornar incongruente, o legislador procurou sempre definir “empregador rural” como aquele que, para o exercício de sua atividade, utiliza o trabalho de empregados.

Por outro lado, a definição legal de empregado, sempre evidenciou o fato de que este presta serviço de natureza NÃO EVENTUAL a empregador.

É pacífico o entendimento de que para ser considerado "empregador rural" será necessário que este explore atividade rural com o concurso de empregados e estes, por sua vez, não poderão ser eventuais.

Contudo, o Decreto 77.514/76, que regulamenta a Lei 6260, modifica o entendimento legal anterior no que se refere à conceituação de empregado e empregador rural, considerando este como a pessoa física, proprietário ou não que, em estabelecimento rural ou prédio rústico e com o concurso de empregados utilizados a qualquer título, ainda que eventualmente explore atividade agroeconômica.

Ora, a eventualidade do serviço descaracteriza a qualidade de empregado rural.

A Consolidação das Leis do Trabalho quando define "empregado" o faz estabelecendo três características:

1. — A não eventualidade da prestação de serviço.
2. — A dependência econômica ao empregador.
3. — O pagamento através de salário.

A Lei 5889, de 08 de junho de 1973, quando define "empregado rural" corrobora no entendimento de que, sem os requisitos supra citados, o trabalhador não será considerado empregado.

A Lei exige, em sua definição de empregador rural que este explore sua atividade com o concurso de empregados.

A Lei define ainda que empregado é aquele que presta SERVIÇOS DE NATUREZA NÃO EVENTUAL, sob a dependência do empregador e mediante salário.

No entanto, o regulamento desta mesma Lei que deveria tão somente explicá-la, modifica-a em seu aspecto mais importante — o que diz respeito à definição de empregador rural.

É fato notório que os pequenos proprietários arrendatários e parceiros agrícolas, quando da época de colheita de suas plantações, necessitam da ajuda de terceiros, dada a urgência do empreendimento.

Seria oportuno esclarecer que através do Decreto 77514/76, e consoante a assertiva supra, nenhum dos pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários rurais poderão ser considerados trabalhadores rurais, pois, como foi esclarecido, todos necessitam da ajuda eventual e, na maioria das vezes, não remunerada — de terceiros, sem contudo ficar desvirtuada a sua qualidade de trabalhador rural, que trabalha em regime de economia familiar.

Mesmo que se invocasse o artigo 11 da Lei 6260, que manda aplicar subsidiariamente as Leis Complementares números 11 e 16, e seus respectivos regulamentos em tudo o que não a contrarie, ainda assim não poderia o Regulamento inovar. Teria que ficar restrito aos específicos ditames daqueles instrumentos, ressaltando-se que ali o conceito de empregado e de empregador estão contidos exatamente dentro da filosofia que acabamos de expor e que é respeitada pela Lei 6260.

Não se pode esquecer, outrossim, do impacto social negativo, aos interesses nacionais, causado pelo Decreto 77514/76, pois, evidentemente, este trará como consequência o esvaziamento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que contam, no seu quadro associativo, com grande número de trabalhadores rurais pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, que através daquele Decreto terão que compulsoriamente filiar-se aos Sindicatos Rurais (patronais).

Qual a situação do já beneficiado pelo PRORURAL e que pelo Regulamento mencionado passa a ser considerado empregador rural? Seria ele beneficiado duplamente? Continuará, em função de seus direitos adquiridos, a ser considerado como trabalhador rural? Ou, ainda, perderá ele esta qualidade para ser considerado empregador e, como tal, será beneficiado pelo atual sistema previdenciário? As respostas, com certeza,

não serão fornecidas pela letra do atual Regulamento da Lei número 6260.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1976

(a) LÁZARO DUMONT

Sr. Presidente. o motivo deste nosso requerimento, é fazer com que o Sr. Ministro da Previdência Social altere o regulamento 53.514, que regulamentou a Lei 6260, mas que, na realidade, não regulamentou mas alterou completamente a Lei. Nós até batalhamos, assinamos, inclusive memoriais, para que o empregador rural também tivesse seu Instituto de Previdência Social, mas não podemos admitir que uma massa enorme de pessoas enquadradas atualmente no Pró-Rural, deixe de ter seus benefícios através do Pró-Rural e consiga, através da Lei 6260 se pagar a taxa mínima de 840 cruzeiros este ano, e 1.200 cruzeiros no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica que V. Exa. tem mais um minuto para concluir.
O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, Sr. Presidente.

Era este o argumento que gostaríamos de trazer à Casa no dia de hoje.

Sabemos inclusive, que o Funrural, órgão encarregado da cobrança e execução do programa de previdência do empregador rural não foi nem consultado na elaboração do decreto que regulamentou a lei. Porque o próprio Funrural, hoje ou amanhã, deverá entregar novamente ao Ministro da Previdência Social, um novo regulamento, para que esses que são considerados hoje pelo Pró-Rural, continuem a ser enquadrados como trabalhadores rurais, para efeito de previdência.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É somente para fazer duas considerações. Esse ato do Governo vem comprovar aquilo que se disse nesta Casa hoje. É um ato de corrupção eleitoral. Em abril ou maio deste ano foi entregue, pelo Funrural às Prefeituras, os talões para cobrança, depois das eleições, demonstrando que se temia repercussão popular.

Em primeiro lugar, essa consideração foi um absurdo. O colono tinha quinze dias, posteriormente foi prorrogado, dando-lhe trinta dias para que não refletisse nas eleições.

Em segundo lugar, tenho a impressão que é necessário um estudo mais aprofundado sobre esta forma de pagamento. Já nos parece uma bi-tributação, uma vez que o empregador continua pagando o percentual sobre sua produção.

Realmente, V. Exa. tem razão em trazer este problema que é seríssimo, e que demonstra que milagre não se faz sem dinheiro, que milagre não existe e boa administração, menos ainda.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para concluir, Sr. Presidente, concordo em parte com o nobre Deputado Deni Schwartz, mas não concordo que tenha havido corrupção eleitoral.

O problema, o próprio Governador sentiu com o ato impensado que cometeu. Em razão disto, está sendo elaborado um novo documento para que se reformule, se regulamente isso. Pode-se sentir que há um interesse, pelo menos por parte do FUNRURAL, em acertar a situação.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 242/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e o Município de SAUTO DO LONTRA, objetivando construção de prédio conforme especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 243/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam ESTABELECIMENTOS DE ENSINO e a UNIDADE SANITÁRIA — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 244/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR MANOEL EUFRÁSIO e a UNIDADE SANITÁRIA local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 245/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 246/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 247/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR PROF. F. GUIMARÃES e o POSTO DE PUERICULTURA local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 248/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 249/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 250/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 251/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA ROXA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE KENNEDY, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 252/76, que

aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PARANAVAI, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 253/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL JOÃO ZACCO, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 254/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 255/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIACU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 256/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam GRUPOS ESCOLARES, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 257/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração e o Município de IMBITUVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 258/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL CARLÍRIO GOMES DOS SANTOS, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 259/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA MARIANA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PEDRO MOREIRA DA SILVA. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 261/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ALTÔNIA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 262/76, que aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 263/76, que

aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do estado e o Município de RONDON, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 264/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Estado de Sergipe, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica entre seus sistemas de planejamento, orçamento e modernização administrativa. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 265/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando obras de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR DE QUINTA DO SOL e o GINÁSIO ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU, na sede do município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 266/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando obras de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 268/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 271/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de AMAPORÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 272/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 325/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de FOZ DO IGUAÇU, com interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 344/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL, objetivando estudos e pesquisas para elaboração de modelo de Organização Territorial ao Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná. — APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 59/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 46/76 autorizando o Governo do Estado do Paraná lavrar Convênio com o Estado de São Paulo, objetivando eleger Juízo Arbitral a fim de dirimir controvérsias sobre seus limites inter-estaduais, e indicar como mediador o Exmo. Sr. Presidente da República. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 267/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 381/76, Mensagem 114/76 do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR e o Município de TAMBOARA, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 314/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 440/76, Mensagem 141/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de BELA VISTA DO PARAÍSO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 363/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 461/76, Mensagem 160/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de controle à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade. — APROVADO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 291/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 392/76, Mensagem 125/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de GUAIRACÁ, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.P. e C.R.H. por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 322/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 383/76, Mensagem 116/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 327/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 403/76, Mensagem 133/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de MARMELEIRO, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do Funrespol e verbas do Orçamento do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 352/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 450/76, Mensagem 152/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 353/76, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 463/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 463/76, Mensagem 162/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — EMOPAR e o município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão no Paraná — SUCEPAR e o município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 354/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 456/76, Mensagem 155/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança pública e da EMOPAR e o município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando execução de serviços complementares no prédio destinado à Terceira SUB-DIVISÃO POLICIAL sediada no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 355/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 457/76, Mensagem 156/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 356/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 458/76, Mensagem 157/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 357/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 459/76, Mensagem 158/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 358/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 460/76, Mensagem 159/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 359/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 462/76, Mensagem 161/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de

combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 360/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 464/76, Mensagem 163/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado por intermédio da Secretaria do Interior, através da SUCEPAR e a Prefeitura de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 361/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 465/76, Mensagem 164/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de Lei e de Resolução.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orozimbo Carneiro Martins, ocorrido em Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pelo 46.^o aniversário do Clube Atlético Primavera, que se comemora na data de hoje.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Klemcke, ocorrido no município de Contenda.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa, de voto de louvor, endereçado ao Xequê Ahmed Zaki Yamani, Ministro do Petróleo da Arabia Saudita.— Em discussão.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, sugestão em forma de Emenda à Lei Eleitoral.—

A Mesa encaminhará o requerimento do nobre Deputado, ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, sem ser apreciado pela Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Doutor Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que seja alterado o Decreto número 77.514/76, que regulamenta a Lei 6.260, de 05 de novembro de 1976.— Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números:

2, 106 e 147/76 e de Resolução números:
290, 313, 315 à 321, 323, 324, 326, 328 à 343,
345 à 351/76.

TERCEIRA DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números
291, 322, 327, 353, 352, 354 à 361/76.

LEVANTA-SE A SESSÃO.

R E S O L U Ç Õ E S:

RESOLUÇÃO NÚMERO 297/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de SALTO DO LONTRA, com objetivo que especifica. — (Mensagem do Poder Executivo número 114/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio celebrado em 10 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o Município de SALTO DO LONTRA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 298/76

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Nossa Senhora das Graças, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, a UNIDADE SANITÁRIA e o GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 299/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, em 31 de dezembro de 1975, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAQUARA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR MANOEL EUFRÁSIO e a UNIDADE SANITÁRIA, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 300/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução :

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a CASA ESCOLAR DE BARRA DOS ANDRADES, a CASA ESCOLAR DE BARREIRO, a CASA ESCOLAR DE RIO CORRENTE, a CASA ESCOLAR DE VIEIRAS, a CASA ESCOLAR FAXINAL DOS FRANCOS, a CASA ESCOLAR RIOZINHO DOS SANTOS e a CASA ESCOLAR DE POTINGA, do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

“Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76”

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 301/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Sertãoópolis, com ob-

jetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de SERTANÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO ESTADUAL MONTEIRO LOBATO e a CASA ESCOLAR ANTÔNIO FERNANDES, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

“Palácio Dezenove de Dezembro, em 20/12/76”.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 302/76.

DATA: 20 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 68/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR FRANCISCO GUIMARÃES e o POSTO DE PUERICULTURA, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 303/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 77/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20 de dezembro de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 304/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de PARANACITY, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 81/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 305/76.

DATA: 20 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de PARANAVAÍ, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 83/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76”

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 306/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de TERRA ROXA, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 90/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração,

e o Município de TERRA ROXA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar PRESIDENTE KENNEDY, da sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 307/76

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Paranavaí, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 95/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23 de Julho de 1976, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 308/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de PLANALTO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL JOÃO ZACCO, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO NÚMERO 309/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder

Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR TIRADENTES, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 310/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUARANIAÇU, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução ;

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rocha Pombo, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 311/76.

DATA: 20 de dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução ;

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de Julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR NILSON RIBAS, o GRUPO ESCOLAR FRANCISCO MOREIRA DA COSTA e o GRUPO ESCOLAR LOURENÇO FILHO, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 20/12/76
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 312/76

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Ibituva, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de Julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ibituva, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, daquele Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 313/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Amélia, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Amélia, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlírio Gomes dos Santos, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 314/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Mariana, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n.º 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de Julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Pedro Moreira da Silva, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 315/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Altônia, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 57/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de maio de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Altônia, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 316/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Colorado, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 99/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Re-ratificação datado de 28 de julho de 1976, ao Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, e o Município de Colorado, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 317/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de re-Ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Rondon, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 103/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio datado de 29 de julho de 1976, ao Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, e o Município de Rondon, objetivando a execução de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 318/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre os Governos do Estado de Sergipe, objetivando o Intercâmbio e a cooperação técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. (Mensagem do Poder Executivo número 106/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição

Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre os Governos do ESTADO DO PARANÁ e do ESTADO DE SERGIPE, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 319/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o GOVERNO DO ESTADO, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, e o Município de QUINTA DO SOL, com objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo, número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de Julho de 1976, entre o GOVERNO DO ESTADO, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, e o Município de QUINTA DO SOL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR de QUINTA DO SOL e o GINÁSIO ESTADUAL SÃO JUDAS TADEU, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 320/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, e o Município de RANCHO ALEGRE, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 108/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de Julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, da sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 321/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da REGIÃO SUL — SUDESUL e o ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 120/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de agosto de 1976, entre a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL, e o ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, objetivando o levantamento e tabulação de informações estatísticas sócio-econômicas do Estado, a partir de 1974.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 322/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o GOVERNO DO ESTADO e o Município de AMAPORÁ, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 127/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução ;

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de setembro de 1976, entre o GOVERNO DO ESTADO, através da SECRETARIA DO INTERIOR, e o Município de AMAPORÁ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 323/76

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de NOVA ESPERANÇA, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 128/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de setembro de 1976, entre o Go-

verno do Estado, através da Secretaria do Interior, e o Município de Nova Esperança, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 324/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de FOZ DO IGUAÇU, com a intervenção do Estado do Paraná, objetivando a implantação do "Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu".

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO NÚMERO 325/76.

DATA: 20 de Dezembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com objetivo que especifica. (Mensagem do Poder Executivo número 145/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de modelo de ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL para o Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20/12/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
PRESIDENTE